

Eleições de 1950: conjuntura política do final da década de 1940 e o retorno de Vargas

Rafael Freire de Paula, Cleiton Costa Denez e Afonso Muzzo Alves

Resumo

Com a crise da ditadura do Estado Novo, que resultou na saída de Getúlio Vargas do poder em 1945, houve o restabelecimento do Estado Democrático de Direito. O período entre 1945 e 1950 foi caracterizado por expressiva turbulência política, iniciada ainda quando Vargas estava no poder. Este artigo tem como principal objetivo contextualizar esse cenário de intensas disputas políticas com diversos desdobramentos, tanto em escala estadual, no caso do Paraná, quanto no cenário nacional. Para atender o objetivo, o texto se pauta em uma revisão bibliográfica sistemática, levantamento documental e análise dos resultados das eleições, por meio da cartografia. A eleição presidencial de 1950 é marcada pela polarização: de um lado, as forças políticas do udenismo (que contribuíram para a saída de Vargas cinco anos antes); e do outro, o populismo de Vargas, que ironicamente volta à presidência legitimado pelas regras da democracia. No Paraná, a vitória de Vargas é ainda mais expressiva.

Palavras-chave: eleições de 1950; polarização; populismo; Paraná.

Abstract

With the crisis of the *Estado Novo* dictatorship, which resulted in Getúlio Vargas leaving the power in 1945, the democratic rule of law was re-established. The period between 1945 and 1950 was characterized by expressive political turmoil started with

Sobre os autores

Rafael Freire de Paula é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro) e professor na rede pública no estado de São Paulo. E-mail: rfreiredepaula@gmail.com

Cleiton Costa Denez é doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), professor da rede estadual do Paraná e secretário ex. educacional da APP-Sindicato dos trabalhadores em educação do Paraná. E-mail: cleiton.denez@hotmail.com

Afonso Muzzo Alves é graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), atualmente mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: muzzoalves@gmail.com

Vargas still in power. This article aims mainly at contextualizing this scenario of intense political disputes with several developments, both in a state scale, in the case of Paraná, and regarding the national scenery. To reach this objective, this text is based in a systematic literature review, documental survey, and analysis of election results, by using the cartography. The presidential election of 1950 is marked by polarization: on the one hand, the UDN political forces (which contributed for Vargas leaving five years before), and on the other hand, by Vargas' populism, who ironically returns to the presidency legitimized by the rules of democracy. In Paraná, Vargas' victory is even more significant.

Keywords: elections 1950; polarization; populism; Paraná.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

O contexto político, partidário e eleitoral no Brasil e no Paraná em que se inserem as eleições gerais de 1950

O período que antecede as eleições gerais de 1950, objeto de análise e contextualização deste artigo, é bastante movimentado em diferentes aspectos: econômicos, sociais, políticos e legislativos. É um período em que o Brasil vive uma experiência democrática de quase duas décadas, seu recorte temporal tem início em 1945, com o fim do Estado Novo, e se estende até 1964, quando o golpe civil-militar no país interrompe essa experiência e coloca o país nas sombras da ditadura por 21 anos.

A ditadura do Estado Novo entra em crise em 1945, Vargas é deposto por militares e ex-aliados que ocupavam cargos na burocracia do Estado. Para Gomes e Ferreira (2018), as cisões no interior das elites civis e militares se tornaram insustentáveis, radicalizando os discursos e ações, o que resultou na deposição do então Presidente:

A primeira eleição presidencial, aquela que marcava o início do retorno do país ao estado de direito, ocorreu em dezembro de 1945. Desde fevereiro o país vivia um acelerado processo de transição da ditadura do Estado Novo para o regime de democracia representativa. No poder, Vargas tentou ditar o ritmo da transição, para garantir, quer a continuidade das elites que com ele compartilhavam o poder; quer sua própria continuidade. [...] seu sucesso foi relativo: bem maior no primeiro objetivo, que no segundo. Certamente porque ações políticas

não previstas em seu plano se desencadearam – como a rápida formação de um partido de oposição (UDN¹) –, e ele acabou deposto por uma coalizão de antigetulistas e “getulistas”, a começar por seu próprio ministro da Guerra, o general Dutra. Nesse caso, líderes udenistas entraram em acordo com a cúpula do Exército para barrar um movimento de grande apelo popular, conhecido como Queremismo – expressão resumida da frase “Nós Queremos Getúlio”, que exigia que Vargas tivesse o direito de concorrer como candidato à presidência da República. O crescimento e a audácia do Queremismo assustaram as elites políticas contrárias a tal plano, que deram o golpe (Gomes e Ferreira, 2018, 266)

Como já observado, o presidente Eurico Gaspar Dutra, eleito em dezembro de 1945, esteve entre os descontentes no seio do Estado Novo, algo que o distanciou de Vargas em um primeiro momento, porém, o ex-presidente Dutra, então candidato em 1945, teve sua popularidade elevada de maneira decisiva para essa eleição quando Vargas decide apoiá-lo publicamente. Para visualizarmos o resultado do apoio decisivo de Vargas ao general Eurico Gaspar Dutra em 1945, basta observarmos os resultados eleitorais no Paraná: com o apoio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o presidente eleito teve uma margem de 70,1% dos votos, enquanto seu adversário direito, o brigadeiro Eduardo Gomes, alcançou pouco mais de um terço dos votos do vencedor – 26,1% dos votos (Ferreira *et al.*, 2020; Ipardes, 1989).

Um ano depois, com a Constituição de 1946, fatia expressiva de brasileiros teve acesso a direitos políticos e civis, mesmo com restrições importantes e que limitavam uma democracia plena, como a proibição de voto aos analfabetos em um país em que a maioria da população se encontrava em tal situação, bem como a ilegalidade do Partido Comunista – PCB, que teve seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral – TSE², em que seus militantes foram

1. União Democrática Nacional.

2. “A cassação ocorreu em maio de 1947. [...] os juízes que votaram pela cassação do mandato justificaram suas posições devido à descoberta de que os Estatutos do PCB diferiam ligeiramente daqueles originalmente submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral e porque o nome do partido (‘do Brasil’ em lugar de ‘brasileiro’) significava que não era um partido brasileiro e sim estrangeiro” (Monteiro, 2013, 181).

vítimas de perseguições e o movimento operário cerceado pelo aparato policial repressivo (Ferreira, 2010).

A constituição de 1946 determinava eleições também para vice-presidente da República. As candidaturas, à presidência e vice, foram, respectivamente: Getúlio Vargas (PTB) e Café Filho (PSP), ambos vencedores no Paraná e no Brasil; Eduardo Gomes (UDN) e Odilon Braga (UDN); Cristiano Machado (PSD) e Altino Arantes (PSD); João Mangabeira (PSB) e Alípio Correia Neto (PSB); e Vitorino Freire (PST), que não esteve vinculado a uma candidatura presidencial em específico. Algumas dessas candidaturas foram destacadas pelo *Diário da Tarde* em 02/10/1950 (Figura 1):

Figura 1 – Primeira página do jornal *Diário da Tarde* (02/10/1950)



Fonte: *Diário da Tarde* (1950).

Getúlio Vargas e Café Filho estiveram no Paraná durante a campanha de 1950. As Figuras 2, 3 e 4 mostram compromissos

e atos da campanha entre os dias 17 e 20/09/1950. Na Figura 2 observamos informações sobre os presidenciais Getúlio Vargas e Cristiano Machado, além de apoio direto ao candidato ao governo paranaense Angelo Lopes, algo que se repete nas Figuras 3 e 4. Destaca-se a cobertura de processos, resultados eleitorais e da recepção de Getúlio Vargas em Curitiba (Figuras 3 e 4).

É relevante destacar, ainda, as diferenças editoriais entre o *Diário da Tarde* (Figura 1) e *O Dia* (Figuras 2, 3 e 4) no que se refere à disputa pelo governo do estado. O primeiro apoiou nitidamente o então candidato a governador Bento Munhoz da Rocha, enquanto o segundo periódico apoiou Angelo Lopes. Vemos, portanto, que o mercado de mídia impressa participava ativamente das disputas eleitorais.

Figura 2 – Primeira página do jornal *O Dia* em 17/09/1950



Fonte: *O Dia* (17 set. 1950).

Figura 3 – Primeira página do jornal O Dia em 19/09/1950



Fonte: O Dia (19 set. 1950).

Figura 4 – Primeira página do jornal O Dia em 20/09/1950



Fonte: O Dia (20 set. 1950).

Tais restrições se tornaram argumentos para estudos históricos que não compreendem esse período como democrático. Ferreira (2010), por outro lado, entende a democracia como um sistema que se constrói e é aperfeiçoado ao longo do tempo, reconhecendo as limitações do regime instituído após 1946, bem como a ampliação dos direitos de cidadania política, resultando no incremento de milhões de eleitores:

Na primeira eleição, a de dezembro de 1945, votaram cerca de 7,5 milhões de pessoas, contra 1,5 milhão no pleito de 1933. Ao longo dos anos, o alistamento eleitoral não parou de crescer, chegando a 18,5 milhões de cidadãos votando em 1962 – duas vezes e meia comparando a 1945 e 12 vezes a mais que 1933. No caso das eleições presidenciais, o número de participantes dobrou: de 6 milhões de votantes na primeira eleição para presidente, alcançou 12 milhões em 1960 (Ferreira, 2010, 14-5).

Cabe salientar que o contexto internacional municiou discursos e ações autoritárias do Estado, como a cassação do registro do PCB. Ferreira (2010) e Santos Junior *et al.* (2020) apontam que tais tensões políticas e militares estão relacionadas à Guerra Fria, quando discursos e ações beligerantes se desdobraram em políticas internas de controle partidário e ideológico, como fora o caso brasileiro:

As primeiras eleições no Brasil sob a égide da Guerra Fria ocorreram em 1950. A Conferência de Yalta, em 1945, confirmou a oposição entre os aliados ocidentais e a União Soviética, que definiram áreas de influência na Europa que seriam replicadas na política mundial (Santos Junior, 2016, p. 95). Nesse mesmo ano, os Estados Unidos confirmam sua supremacia militar em decorrência da bomba atômica. Com a assinatura do Tratado de Paz de Paris, em fevereiro de 1947, foi inaugurada a Política de Contenção, formulada por George Frost Kennan, da Doutrina Truman, que pregava que os norte-americanos deveriam conter os soviéticos em seu território. Assim, os Estados Unidos iniciaram uma política de criação de acordos militares regionais e de combate ao comunismo (*loc. cit.*) (Santos Junior *et al.*, 2020, 518).

Dadas essas ressalvas, Gomes e Ferreira (2018) apontam que o Brasil estava construindo uma experiência de democracia

representativa importante nesse período, algo que seria interrompido pelo golpe civil-militar em 1964. Ainda assim, o período em que ocorreram as eleições de 1950 se caracterizou por grandes tensões políticas e sociais, com continuidades e descontinuidades em relação ao período que o antecede. Para esses autores, o sistema partidário e as práticas eleitorais mantinham vínculos com a dinâmica política do Estado Novo e da Primeira República, ainda que tenham ocorrido transformações importantes no campo da legislação eleitoral e do funcionamento prático do exercício do voto nas eleições de 1950.

Dentre as alterações legislativas relevantes entre a metade e o final da década de 1940, que resultaram nas condições legais para a efetivação do pleito aqui analisado, o de 1950, temos a Lei Agamenon, também chamada de Código Eleitoral de 1945, que exigia dos partidos uma organização nacional e permitia o alistamento *ex-officio*, ou seja, alistamento coletivo de eleitores pelos próprios partidos, bem como o realizado pelo cidadão junto aos cartórios eleitorais, entre outras instituições, secretarias, sindicatos ou associações, que enviavam listas de filiados e/ou novos membros à Justiça Eleitoral.

Tal lei figura como um avanço democrático dado seu contexto, afinal, o período que a antecede foi caracterizado por eleições controladas pelo governo “que vencia todos os pleitos, mesmo quando tinha fortes oposições. A partir de 1945, o governo começa a sofrer derrotas eleitorais e as oposições, pela primeira vez, têm chances reais de vitória nas urnas” (Gomes e Ferreira, 2018, 258).

Todavia, essa lei foi substituída em decorrência do Projeto de Lei 1379/1948, apresentado pelo senador Ivo d’Aquino (PSD/SC), instituído pela lei 1164, de 24 de julho de 1950. A substituição da lei Agamenon foi considerada necessária tendo em vista a crescente dinâmica do sistema político-partidário nacional inaugurado a partir de 1945 (Ghiggi, 2014). Extingue-se o alistamento *ex officio* e institui-se o alistamento individual junto aos cartórios eleitorais, cujo papel se torna cada vez mais importante no processo eleitoral brasileiro. Dentre as justificativas para essa mudança, está a de que:

[...] o alistamento *ex officio* foi utilizado por Vargas como instrumento para mobilização de sua base de apoio. A permissão do alistamento *ex officio*, com a justificativa de facilitar e acelerar o alistamento eleitoral, era utilizada como instrumento de controle

do eleitorado urbano, atrelando-o ao oficialismo, haja vista que o eleitor considerava-se obrigado a votar com aquele que o alistou. Além do mais, funcionava para aumentar a massa de votos governistas ao alistar indivíduos sem os requisitos exigidos para o alistamento (Ghiggi, 2014, 31).

A lei 1164 trouxe outras inovações válidas para o pleito de 1950, dentre elas a adoção da regra de proporcionalidade, tornando a eleição mais representativa e evitando as chamadas “sobras”, que beneficiavam os maiores partidos. Assim, são implantados os quocientes partidários. Essa é uma das mudanças que, na leitura de Ghiggi (2014), prejudicaria uma suposta estratégia política-eleitoral de Vargas de se candidatar ao cargo de Senador da República e, por meio das sobras que beneficiavam os grandes partidos, viabilizar um eventual controle do Congresso.

Para se ter uma ideia da força eleitoral de Getúlio Vargas, mesmo enquanto senador pelo Rio Grande do Sul na Assembleia Constituinte de 1946, ele exerceu papel de centralidade nas eleições estaduais brasileiras de 1947. Seu partido, até então o PSD, venceu em 12 dos 21 estados, inclusive no Paraná. No caso paranaense, Moysés Lupion³ se saiu vitorioso nas eleições de 1947, liderando a coligação PSD/UDN/PTB, sendo tal união sem precedentes em nível nacional. O pleito de 1947, que antecede o de 1950 (sob nossa análise), foi o único em que os partidos mais populares do período democrático entre 1945 e 1964 compuseram a mesma chapa no estado do Paraná (Santos Junior *et al.*, 2020).

As alterações legislativas citadas anteriormente são emblemáticas na discussão sobre os avanços democráticos que o Brasil experimentou no curto período em que se inscrevem as eleições de 1950. Havia um processo de desvinculação do processo eleitoral do

3. Moysés Lupion nasceu em Jaguariaíva (PR) em 25 de março de 1908. Tornou-se importante empresário no interior do estado e adentrou na carreira político-partidária em 1946, quando filiou-se ao PSD. Foi eleito Governador do Paraná em 1947 e continuou a exercer essa função entre 1956 e 1961. Também desempenhou as funções de Senador da República (1955-1956 e 1961-1963) e deputado federal (1963-1964) (Câmara dos Deputados, 2019).

governo em exercício, bem como de regulamentá-lo com intuito de não favorecer os grandes partidos e inviabilizar a concorrência entre os candidatos aos diferentes cargos e nas diferentes porções do território nacional. Nesse contexto, é importante resgatarmos que a Constituição de 1946 garante o voto secreto e a responsabilidade do Poder Judiciário para fiscalizar e punir possíveis irregularidades em eleições (Ferreira *et al.*, 2020).

No Paraná, o final da década de 1940 (sob o governo Lupion) foi marcado por políticas de colonização nas Regiões Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste do estado. Destacaram-se investimentos em obras e infraestrutura associada a uma política de modernização e industrialização do estado, ainda que ele tenha sido predominantemente agrícola ao longo da década de 1950 (Batistella, 2015).

Mais especificamente, nos casos das Regiões Norte e Noroeste, o processo de (re)ocupação do território⁴ se caracterizou por um período de estímulo do governo estadual aos empreendimentos capitalistas (cerca de 44 empresas se instalaram nessa região). A confluência entre capital e estado permitiu um reordenamento, um arranjo singular, justamente pela atuação de diversas companhias colonizadoras, trazendo a tecnificação do território que, conseqüentemente, fomentou o processo de ocupação, a partir do discurso de incentivo à produção do café. Com isso, há uma mudança na dinâmica política, ainda que sutil, principalmente no que se refere às pautas de caráter econômico. Há de se considerar também o incremento de novos agentes na política paranaense, que acabam por influenciar os caminhos da política local do final da década de 1940 e toda a década seguinte (Fabrini, 2016).

Santos Junior *et al.* (2020) consideram que predominam dois grupos na política estadual paranaense entre 1947 e 1960: o primeiro o de Lupion, e o segundo formado sob as lideranças de Bento Munhoz

4. “A reocupação de um território é uma forma de nos referirmos [...] a um segundo momento da ocupação. Isso porque, entendemos que estavam presentes povos indígenas, posseiros, pequenos proprietários e outros habitantes que não vieram a partir dos empreendimentos capitalistas decorrentes do estímulo do governo do Estado do Paraná” (Fabrini, 2016, 89).

da Rocha Neto⁵ e Ney Braga⁶. O último era ainda pouco conhecido na década de 1950, mas se tornaria protagonista nas disputas políticas e eleitorais no Paraná a partir da década de 1960.

No que se refere às estatísticas, o eleitorado paranaense:

[...] correspondia a 81 municípios agrupados em 65 zonas eleitorais, que inscreveram como eleitores 372.796 pessoas, perfazendo apenas 17,7% da população de 2.106.425 habitantes. A presença foi de 274.474 eleitores, ou 73,63% de comparecimento à votação. A maior parte dos paranaenses residia no campo, um percentual de 75,06%, ou 1.581.181 pessoas (IBGE, 1950, 1951; TRE/PR PAD 12.844/2018). Isso reforça o papel que as frentes de expansão exerceriam no estado nas décadas seguintes (Santos Junior *et al.*, 520).

Para além das estatísticas eleitorais nacionais e do Paraná para 1950, já mencionadas ao longo do texto, havia um contexto político de forte polarização entre o udenismo e o Getulismo (ou populismo). Tal cenário se deve à candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1950, sendo este o principal representante do chamado populismo naquele momento histórico, ao passo que significava, para a UDN e seus correligionários, a personificação do que deveria ser combatido, seja por vias democráticas ou não.

A polarização era tão expressiva, que no seio da então capital federal (a cidade do Rio de Janeiro) houve uma divisão bem definida da imprensa carioca durante o ápice da campanha eleitoral de 1950. A luta política gerou um embate entre os principais meios de comunicação da época, cada lado representando interesses e grupos específicos da sociedade civil. Do lado de Getúlio, o principal veículo era o jornal *O Radical*, já Eduardo Gomes (UDN) contava com o apoio quase unânime de toda imprensa antigetulista (o que

-
5. Foi engenheiro, professor, escritor, sociólogo e político paranaense. Foi deputado federal constituinte (1946-1950), governador do estado do Paraná (eleito em 1950), ministro da agricultura brevemente em 1955 e novamente deputado federal entre 1958 e 1962.
 6. Ney Braga detém uma das mais relevantes biografias entre os políticos do Paraná. Foi prefeito de Curitiba (1954-1958), deputado federal (1959-1961), governador (1961-1965) e senador (1968-1972). Foi também ministro da agricultura (1965-1966), ministro da educação (1974-1978) e presidente da Itaipu Binacional (1985-1990).

havia ocorrido desde as eleições de 1945), sendo o *Correio da Manhã*, de orientação liberal, o principal jornal de apoio ao candidato da UDN, enquanto o candidato Cristiano Machado⁷ estava respaldado pela cadeia dos *Diários Associados* (Costa, 2014).

A UDN surge nos primeiros meses de 1945 como um movimento de oposição a Getúlio Vargas. Portadora de discursos voltados aos setores médios da sociedade, a UDN direcionou suas críticas a denúncias de corrupção no governo e em alertas sobre a “proletarização” de setores da sociedade que poderiam ameaçar as “liberdades” democráticas pelas quais o partido lutava. Assim, o udenismo se configurou um movimento superior ao partido (UDN), pois caracterizou-se como um movimento em que grupos conservadores se apropriaram do liberalismo ao criticarem o estatismo, o getulismo, ao passo que defendiam o moralismo e restrições à participação popular na política, em uma postura claramente elitista (Gomes e Ferreira, 2018).

Para Codato (2007), o populismo se caracteriza pela personificação do poder vinculado à soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade, sustentada ou apoiada pelas massas populares, especialmente as urbanas.

Nessa estrutura, o chefe de Estado assume função de árbitro que se confunde com o próprio Estado enquanto instituição, pois ambos tendem a distanciarem-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam. A ditadura consolida o poder pessoal de Vargas, instaura a soberania do Estado e consiste no ensaio de ampliação das bases sociais do poder (Codato, 2007, 17).

Ferreira (2010) faz algumas ressalvas a respeito do uso do populismo para caracterizar aquele momento histórico, pois, de maneira geral, é um termo carregado de estereótipos que desmerecem a sociedade brasileira e a participação popular na política. Para o autor, a expressão indica a existência de uma elite política cujo objetivo

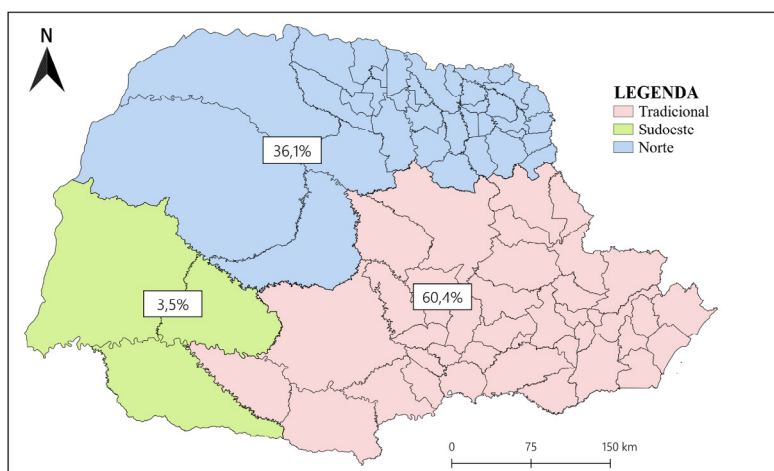
7. Candidato à Presidência da República em 1950, Cristiano Machado foi prefeito de Belo Horizonte entre 1926 e 1929 e em março de 1930 elegeu-se deputado federal, além de ser deputado constituinte em 1933 e 1946 (ambos mandatos por Minas Gerais). Também ocupou cargos no governo de Minas Gerais ao longo de sua trajetória política.

consciente fora manipular e/ou enganar os trabalhadores, que, supostamente, “não sabiam votar”. Por outro lado, os críticos do populismo seriam os “esclarecidos” e absolutamente conscientes de seus votos, em síntese, a visão nítida do udenismo que justificava suas derrotas à incapacidade dos eleitores de escolherem corretamente seus candidatos. No caso de 1950, a escolha seria entre Getúlio Vargas (PTB), Eduardo Gomes (UDN) ou Cristiano Machado (PSD).

Cartografia das eleições para presidente do ano de 1950 no contexto do estado do Paraná

Nesta seção abordaremos o desenrolar das eleições de 1950 no estado do Paraná, as características do eleitorado nas diferentes porções do território paranaense e os respectivos resultados. Num primeiro momento analisaremos a distribuição espacial dos eleitores, considerando a legislação da época, realidade em que fica evidente a concentração expressiva do eleitorado em uma única região (Figura 5):

Figura 5 – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de eleitores (%), por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



INSTITUTO PARANAENSE DE PESQUISA ESTATÍSTICA E POLÍTICA
GEPES

Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



Fonte: IBGE (2020); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Com base na Figura 5, é possível identificar que a Frente Tradicional concentrava mais de 60% do eleitorado do estado em 1950, enquanto a Frente Norte concentrava quase 40% do eleitorado e a Frente Sudoeste apenas 3,5% do total. Essa assimetria considerável é explicada pelo próprio desequilíbrio de densidade demográfica entre as regiões do estado. Se por um lado o Paraná Tradicional começa a ser ocupado ainda no século XVII, partindo do litoral e dos Campos Gerais por mineradores paulistas, com posterior desenvolvimento de outras atividades nesse recorte territorial, nos casos da Frente Norte e Sudoeste o processo de ocupação é mais recente, iniciando-se apenas no final do século XIX por meio de políticas de incentivo que começaram a apresentar resultados expressivos após a década de 1930. Nesse sentido, considerando as temporalidades de ocupação das três frentes do estado, em 1950 o Paraná Tradicional se encontrava consolidado em diversos aspectos e conseqüentemente mais adensado demograficamente (Almeida, 2017).

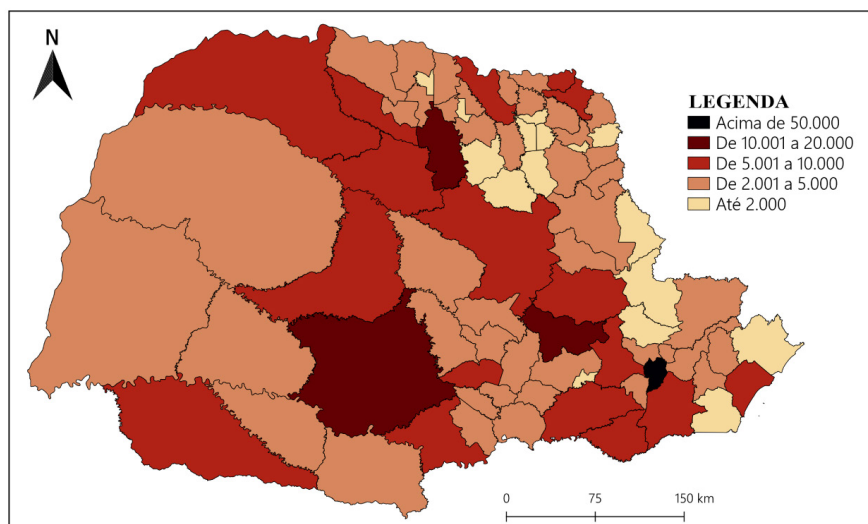
A concentração populacional do eleitorado também é ilustrada quando verificamos a distribuição do eleitorado por classes de tamanho de municípios (Figura 6). Segundo o Censo de 1950, apenas 10 municípios possuíam população superior a 50 mil habitantes, destes, três localizados na Frente Tradicional: Curitiba (180.575), Guarapuava (67.436), e Ponta Grossa (53.578)⁸ (IBGE, 1951). Destaque para a capital estadual, único município que superava a marca de 50 mil eleitores aptos a votar:

Para as eleições de 1950, o PTB selou um acordo com o Partido Social Progressista (PSP). Essa aliança estava em processo desde 1949, portanto, é anterior à Convenção Nacional do partido, em que se definia a estratégia de priorizar a campanha presidencial, colocando as disputas estaduais em segundo plano, lançando oficialmente as candidaturas de Getúlio Vargas (para Presidente da República) e José

8. A capital Curitiba, com um total de 59.780 eleitores; Guarapuava com 11.406; e Ponta Grossa 15.939 eleitores. A diferença entre a população de determinado município e o número de eleitores expressa em alguma medida o processo de exclusão de uma parcela significativa da população. Como comentado anteriormente, naquele contexto a população analfabeta (proibida de votar) assim como as mulheres (voto facultativo para as donas de casa), eram excluídas direta ou indiretamente do “processo democrático” de eleição.

Café Filho (para vice-presidente). Tal estratégia viabilizou maior flexibilidade para acordos em nível local com o objetivo de angariar apoio à eleição de Vargas que, no caso do Paraná, contava com a influência e apoio de Bento Munhoz da Rocha Neto (Batistella, 2015; Santos Junior *et al.*, 2020).

Figura 6 – Eleições presidenciais de 1950 – distribuição do eleitorado por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



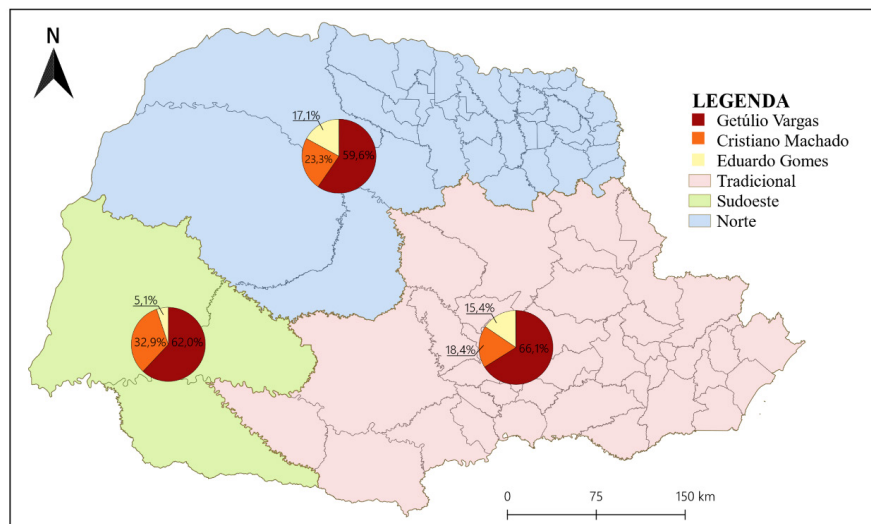
Observatório de Políticas Públicas

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

A articulação entre a estratégia partidária em nível nacional e a liderança estadual representada por essas duas figuras políticas (Bento Munhoz e Ney Braga) alcançou êxito: se em âmbito nacional Vargas recebeu 48,7% dos votos, contra 29,7% a Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), dentro dos limites do estadual a vantagem foi ainda maior (Figura 7), com Vargas recebendo 61,6% dos votos, contra apenas 19,9% do segundo colocado, que no Paraná foi o pessedista Cristiano Machado (Ipardes, 1989).

Figura 7 – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) dos candidatos, por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



INSTITUTO DE INOVAÇÃO
GEPES
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E SOCIOLOGIA

Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



Observatório de Políticas e Práticas Políticas
e Estudos Teóricos de Contexto

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR, (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

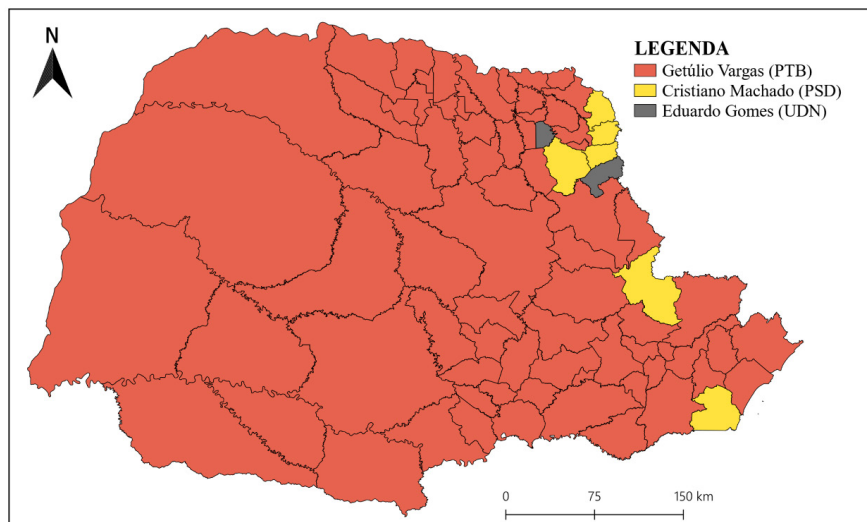
A única frente em que Vargas recebeu menos de 60% dos votos foi a Norte. Nas outras duas, Sudoeste e Tradicional, recebeu respectivamente 62% e 66,1% dos votos, sendo a última justamente a que concentrava o maior número de eleitores. Apesar das diferenças apontadas, em quase todos os municípios dessas regiões o candidato vencedor foi Getúlio (Figura 8).

É interessante pontuar que Vargas não ganhou em alguns municípios da Frente Tradicional, especificamente em dois deles, Guaratuba e Cerro Azul, mas os dados dessa região demonstraram maior desequilíbrio a favor do vencedor das eleições, quando comparados aos das demais frentes.

Dos oito municípios em que Vargas não saiu vencedor, Cristiano Machado (PSD) foi o mais votado em seis, a saber: Ribeirão Claro, Carlópolis, Siqueira Campos, Tomazina, Cerro Azul e Guaratuba, enquanto o terceiro colocado nas eleições, o candidato

Eduardo Gomes (UDN), saiu vencedor nos outros dois municípios, Jundiá do Sul e Wenceslau Braz. Cabe ressaltar que o estado do Paraná possuía 81 municípios em 1950, o que deixa claro o domínio de Vargas no contexto estadual.

Figura 8 – Eleições presidenciais de 1950 – candidato vencedor por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



PODERE E INERCIAS
GEPES
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



Observatório de Pesquisas
e Políticas Eleitorais
Universidade Estadual de Londrina

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

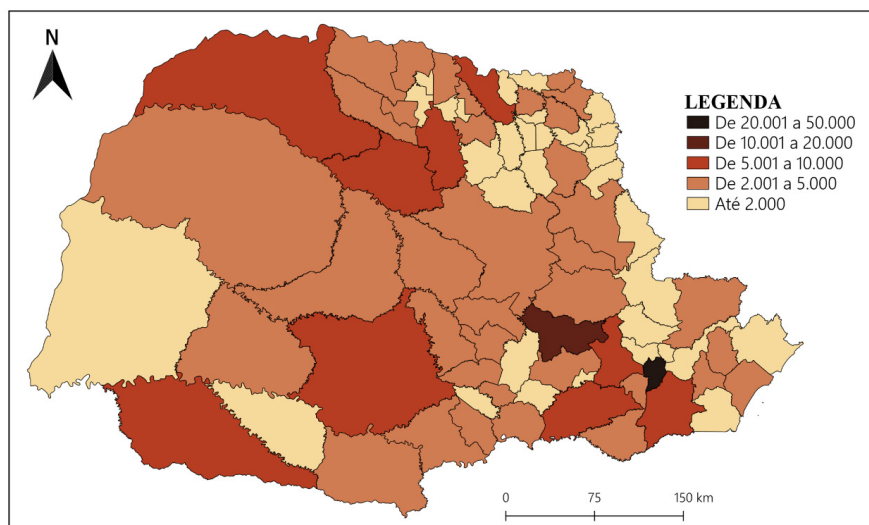
*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

A Frente Tradicional ficou marcada tanto por abrigar os únicos municípios em que Vargas não obtivera a maioria dos votos, quanto por ser a região em que a folga do vencedor foi mais ampla, em números absolutos e proporcionais. Um dos motivos que explicam o maior domínio da região é a distribuição de votantes por municípios: Ponta Grossa e Curitiba, por exemplo, eram os únicos a superarem 10 mil votantes (Figura 9).

Já na Frente Norte, a maioria dos municípios não ultrapassava cinco mil eleitores, salvo quatro exceções: Mandaguari, Apucarana, Londrina e Cornélio Procópio. Na Frente Sudoeste, apenas Clevelândia

superava cinco mil eleitores. Tal realidade novamente impõe ao Paraná Tradicional maior protagonismo nas eleições de 1950.

Figura 9 – Eleições presidenciais de 1950 – distribuição dos votantes, por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



PODERE E ORGANIZAÇÕES

GEPES



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Observatório de Políticas e Políticas Públicas

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Curitiba e Ponta Grossa, maiores colégios eleitorais do estado e localizados no Paraná Tradicional, deram a Getúlio Vargas resultados superiores a 60% dos votos. Todavia, destaca-se o comportamento do Norte Velho ou Norte Pioneiro⁹, região que compõe a frente de ocupação Norte, em que o Presidente eleito em 1950

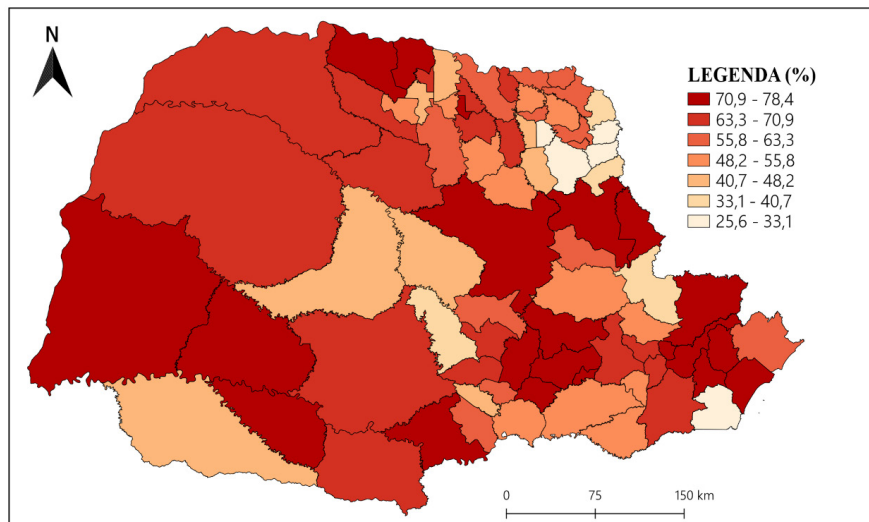
9. Trata-se da região que se estende do Rio Itacaré à margem direita do Rio Ivaí, ocupado por fazendeiros paulistas atraídos pela qualidade dos solos da região (terra-roxa) a partir da segunda metade do século XIX, guardando, portanto, estreita relação com o complexo cafeeiro paulista (Almeida, 2017).

deteve os resultados mais modestos e, em alguns casos, não ocupou o primeiro lugar (Figura 10).

Observa-se, na Figura 10, um espraiamento em proporção de votos bastante relevante, ainda que não totalmente homogêneo, dos resultados obtidos por Vargas em 1950. Seus resultados mais modestos, como apontamos, dizem respeito a pelo menos um quarto dos votos, o que nos indica um alto grau de competitividade, mesmo nos municípios em que obtivera menor votação, tais como: Carlópolis, Siqueira Campos, Tomazina, Jundiá do Sul e Guaratuba.

Por outro lado, Getúlio Vargas apresentou votações acima de 70% em dezenas de municípios, com domínio evidente no Paraná Tradicional. Entre os que se destacam, são: Tibagi, Ponta Grossa, Palmeira, Sengés, Jaguariaíva, Paranaguá, Morretes, Piraquara, Antonina e Bocaiúva do Sul.

Figura 10 – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) a Getúlio Vargas, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



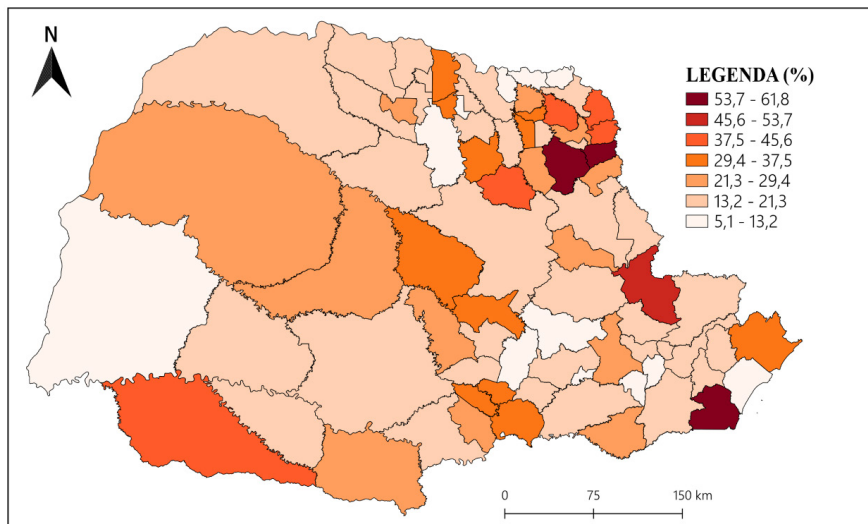
Fonte: IBGE (2020); ter/PR (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Apesar da polarização em nível nacional entre Getúlio Vargas e Eduardo Gomes, Cristiano Machado (PSD) ocupou a segunda posição no estado do Paraná. Como já salientamos, Vargas obteve resultados mais modestos no Norte Pioneiro e isso se deve à maior inserção de seus concorrentes nesse recorte regional. A proporção de votos destinados a Cristiano Machado em boa parte dos municípios da região esteve acima dos 37,5% e ultrapassou 50% em alguns deles, como pode ser verificado na Figura 11 (na Frente Norte como um todo, seu resultado foi de 23,3% – Figura 7).

Os resultados do candidato Cristiano Machado se mostraram inferiores nas outras frentes de ocupação (Tradicional e Sudoeste). Salvo exceções, como Guaratuba, Cerro Azul, Rio Azul, São Mateus do Sul, Guaraqueçaba, Ipiranga e Clevelândia, seus percentuais ficaram abaixo do teto de 21,3%.

Figura 11 – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) de Cristiano Machado, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E SOCIOLOGIA



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



Observatório de Políticas e Políticas Públicas
Observatório de Políticas e Políticas Públicas

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

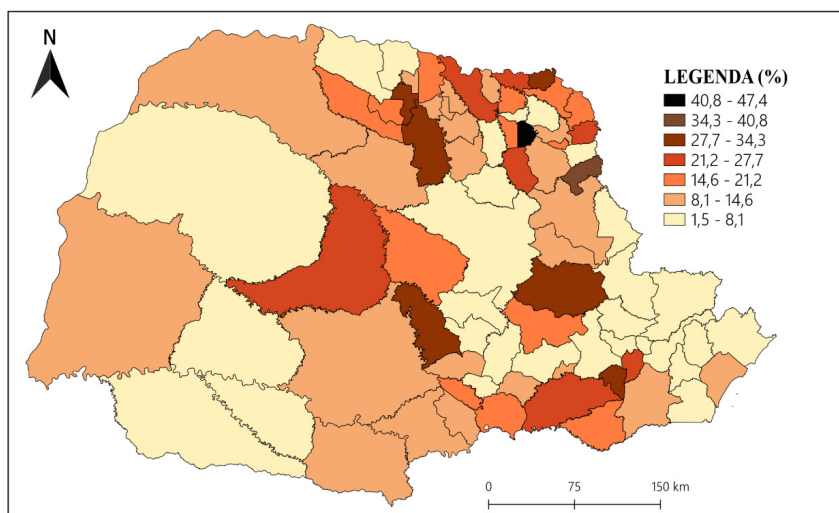
*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Eduardo Gomes, terceiro colocado no Paraná e segundo no Brasil, apresentou distribuição espacial do voto semelhante a Cristiano Machado, afinal, o Norte Pioneiro ou Paraná Cafeeiro (Ipardes, 1987) se apresenta mais uma vez como recorte regional em que as candidaturas rivais a Getúlio Vargas floresceram, ainda que também seja aquela cujos municípios não possuíam grande número de eleitores.

Também parecidos são os resultados observados nos municípios que compõem o Paraná Tradicional e a Frente Sudoeste, salvo exceções, é claro. Em Prudentópolis, Castro e Araucária, no Paraná Tradicional, Eduardo Gomes esteve entre 27,7% e 34,3%, resultados que se repetiram em municípios da Frente Norte: Londrina, Cambará e Cambé. Jundiá do Sul e Wenceslau Braz apresentaram resultados ainda melhores para o então candidato Eduardo Gomes.

Nas frentes Norte e Sudoeste, considerando a maior parte dos municípios, Eduardo Gomes teve teto ainda menor que Cristiano Machado, no caso, até 14,6%, como mostrado pela Figura 12:

Figura 12 – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) a Eduardo Gomes, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS
GEPES
Mestrado em Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais e Humanas

Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



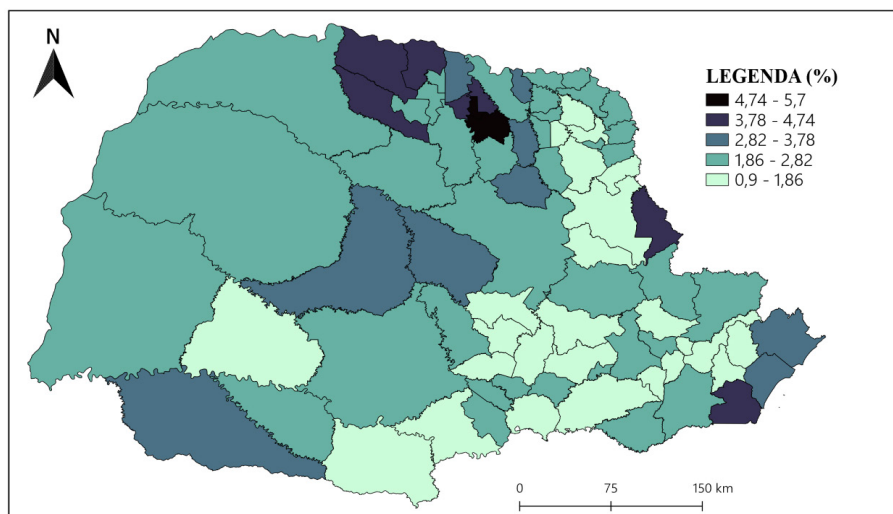
Instituto de Políticas e Políticas Públicas
UNICENTRO - INSTITUTO DE POLÍTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

No que se refere aos percentuais de votos brancos (Figura 13) e nulos (Figura 14), percebemos que, em maioria, representaram índices modestos, não alcançando em nenhum município patamares superiores a 6%. Ainda assim, a Frente Norte aparece com os maiores indicadores de votos brancos quando comparada a outras frentes de ocupação paranaenses.

Figura 13 – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) em branco, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



INSTITUTO DE PESQUISAS
GEPES
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E URBANAS

Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



Observatório de Políticas e Políticas Públicas

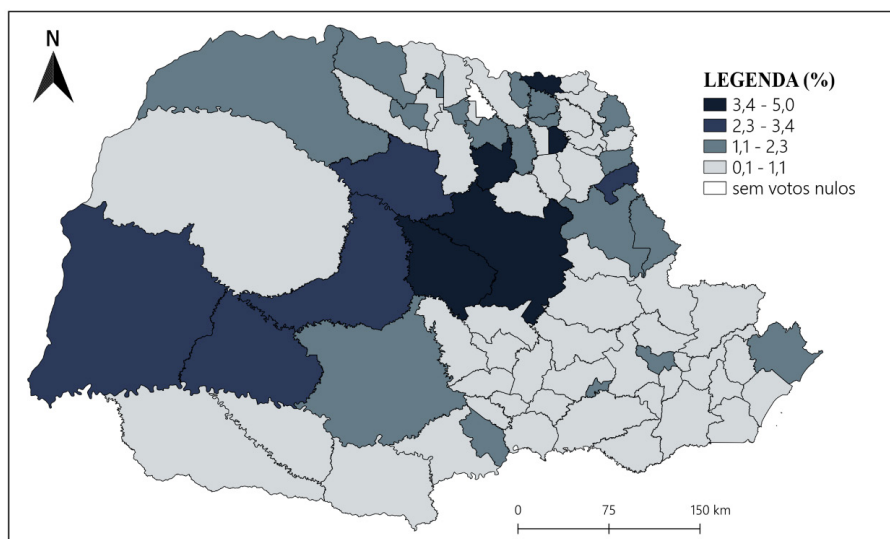
Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Os votos nulos (Figura 14) possuem patamares semelhantes aos brancos. Sua distribuição é bastante heterogênea, ainda que o Paraná Tradicional seja nitidamente uma frente de ocupação em que os votos nulos são praticamente irrelevantes. Concluímos que juntos, brancos e nulos não representaram uma mensagem de negação eleitoral aos candidatos ou algo parecido, afinal,

com exceção de João Mangabeira¹⁰, os demais candidatos obtiveram votações distantes, em geral, dos percentuais visualizados para brancos e nulos.

Figura 14 – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) nulos, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

10. Candidato à Presidência da República em 1950 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), João Mangabeira recebeu menos de 10 mil votos em todo o país. Em sua trajetória política, foi deputado estadual (BA) (1906 a 1908), prefeito de Ilhéus – BA (1908-1909) e deputado federal pela Bahia nos períodos 1909-1911 e 1914-1929. Senador pelo mesmo estado entre 1929 e 1930, teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, a que colocou Getúlio Vargas na Presidência após ter sido derrotado nas eleições por Júlio Prestes.

Com base nos dados apresentados nas Figuras 5 a 14, concluímos que a hegemonia de Getúlio Vargas se fez presente no estado do Paraná, tal como no Brasil. Destacamos, ao longo desta análise, algumas particularidades locais e regionais que resultaram em municípios em que Vargas não obteve a maioria dos votos, mas tais exceções em nada ameaçaram sua eleição para a Presidência da República.

Considerações finais

Os primeiros cinco anos da redemocratização do país foram bastante agitados, principalmente em termos políticos. Apesar da pressão em um contexto de crise da ditadura do Estado Novo, que culminou na deposição de Vargas, o ex-presidente consegue retornar ao poder, mas dessa vez legitimado pelo voto popular, evidenciando sua representatividade em todo território nacional e o capital político conquistado ao longo de sua trajetória.

Vale destacar o processo de construção do regime democrático no cenário brasileiro, que é tristemente interrompido anos mais tarde. Dentro do jogo da democracia, a eleição de 1950 é caracterizada pela polarização, tendo como protagonistas o udenismo representado por Eduardo Gomes e o populismo centrado na figura de Getúlio. A disputa se cristalizou em diferentes setores da sociedade, inclusive na mídia.

No caso específico do estado do Paraná, a eleição de 1950 foi marcada pela vitória ainda mais expressiva de Vargas, se comparada ao resultado em âmbito nacional. A construção dessa maioria ocorreu, entre outros elementos, devido a alianças políticas estratégicas, como o acordo entre PTB e PSB, bem como via influência e/ou apoio de lideranças regionais representativas no estado. A análise da cartografia das eleições de 1950 também possibilitou a verificação dos municípios em que Vargas não foi o mais votado e permitiu analisarmos o desempenho de seus adversários, comparando-o ao adquirido em âmbito nacional.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. C. S. (2017). A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino*, vol. 7, n. 1, p. 9-20.
- BATISTELLA, A. (2015). O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Tempos Históricos*, vol. 19, n. 2, p. 111-50.

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2019). *Biografia do(a) deputado(a) Moysés Lupion*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131073/biografia>. Acesso em: 4 ago. 2022.
- CODATO, E. (2007). Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional*, vol. 7, n. 1, p. 9-45.
- COSTA, L. R. A. (2014). *Bota o retrato do velho Getúlio outra vez: a campanha presidencial de 1950 na imprensa do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, ano 52, n. 17.134, 2 out. 1950.
- FABRINI, F. (2016). Formação socioespacial do noroeste do Paraná e a ação da Companhia Colonizadora Byington. In: ROMPATTO, M. et al. (orgs.). *História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado*. Toledo: Fasul.
- FERREIRA, G. et al. (2020). As eleições para governador do Paraná em 1947: uma análise do contexto e resultados. *Paraná Eleitoral*, vol. 6, n. 2, p. 501-15.
- FERREIRA, J. (2010). Apresentação. *Revista Tempo*, vol. 14, n. 28, p. 11-8.
- GHIGGI, L. (2014). *Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas*. 2014. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GOMES, A. C. G.; FERREIRA, J. (2018). Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista de História*, vol. 24, n. 2, p. 251-75.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1951). *Censo demográfico: população e habitação*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. (2020). *Malha municipal edição 2020*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (1987). *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IpardeS.
- _____. (1989). *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IpardeS.
- MONTEIRO, C. (2013). *Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- O DIA. Curitiba, ano 27, n. 8.511, 17 set. 1950.
- O DIA. Curitiba, ano 27, n. 8.512, 19 set. 1950.
- O DIA. Curitiba, ano 27, n. 8.513, 20 set. 1950.
- SANTOS JUNIOR, W. et al. (2020). Eleições para governador do Paraná em 1950. *Paraná Eleitoral*, vol. 6, n. 2, p. 517-33.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ. (1950). *Eleições de 3 de outubro de 1950*. Curitiba: TRE/PR.